

RESENHA

Rose Skripka N. Gabriel¹

Instituto Sedes Sapientia – SP

Weiss, Maria Lucia Lemme. **A intervenção psicopedagógica nas dificuldades de aprendizagem escolar**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015, 168 p.

Nesta obra de Maria Lucia Lemme Weiss, psicóloga, pedagoga e psicopedagoga clínica e institucional, professora e assessora em cursos de psicopedagogia no Brasil, ex-presidente da Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp) e professora adjunta do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), a intervenção psicopedagógica é abordada sob dois parâmetros que se conectam, a sua experiência pessoal e uma proposta de método de trabalho.

O primeiro capítulo esclarece os objetivos da intervenção psicopedagógica, sustentação do desejo do psicopedagogo em levar o aprendiz ao seu máximo potencial de aprendizagem, tomando como apoio teórico a Epistemologia Convergente de Jorge Visca, psicólogo e professor, referência nos estudos da Epistemologia da Psicopedagogia. A Epistemologia Convergente abarca os conhecimentos de Jean Piaget, da Psicanálise e em destaque nesta obra, os saberes desenvolvidos por Enrique Pichon-Rivière, psiquiatra e psicanalista, nos quais o processo terapêutico acontece em três fases: a pré-tarefa, que é o início do trabalho, onde ainda há resistências às mudanças; a tarefa, onde se dá o enfrentamento; e o projeto, momento de aproveitamento maior da terapia. Nesta perspectiva, há a valorização do vínculo e a autora deslinda a expressão “fracasso escolar” em seus diversos sentidos.

O enquadramento e o contrato são trazidos no capítulo dois, definidos como circunstâncias chave para o planejamento após o diagnóstico psicopedagógico. Enquadramento refere-se ao delineamento de como serão as sessões e o contrato é o acordo explicitado ao paciente e à família quanto às características das sessões e o objetivo da intervenção psicopedagógica.

No terceiro capítulo, Maria Lucia dá destaque ao momento do diagnóstico como sendo uma oportunidade na qual se apresenta a hipótese ao paciente e à sua família, tornando possível a conscientização de que é preciso suplantar o insucesso escolar. Após o estudo que subsidia a decisão de levar adiante o tratamento psicopedagógico, a autora explica as diretrizes que poderão ser consideradas conforme a especificidade em cada caso, envolvendo a realização da intervenção pedagógica ou psicopedagógica, ou o encaminhamento a outros profissionais, tais como fonoaudiólogo, neurologista ou psicólogo.

Muito além das questões de aprendizagem, o processo psicopedagógico pode alcançar outras estruturas que dizem respeito ao desenvolvimento psicológico e emocional, tanto do paciente quanto do profissional atuante. Diante desta possibilidade, Maria Lucia propõe

¹ Psicóloga e Psicopedagoga pelo Instituto Sedes Sapientiae

no quarto e no quinto capítulos, com o aporte dos conhecimentos de Sara Paín, psicanalista, e Jorge Visca, e explanação de situações corriqueiras nos atendimentos psicopedagógicos, a vigilância do profissional para não haver distanciamento dos objetivos da intervenção psicopedagógica.

Ainda no capítulo cinco, a autora discorre sobre o uso de ferramentas pedagógicas no contexto do atendimento psicopedagógico, mas o sentido de se realizar determinadas tarefas nas sessões, que frequentemente trazem o uso de materiais similares aos usados na escola, visa sobretudo a consciência do aprendiz com autonomia.

Maria Lucia apresenta no sexto capítulo o uso de jogos e brincadeiras descrevendo-os conforme sua utilidade nas necessidades individuais dos pacientes. Neste aspecto, enfatiza que o psicopedagogo usa esforços para conhecer o funcionamento de cada jogo à sua sensibilidade para interpretar as condições emocionais e cognitivas do paciente e identificar o ponto fundamental que gerou a dificuldade de aprendizagem.

No sétimo capítulo a autora retoma a discussão sobre o objetivo da intervenção psicopedagógica ao destacar que quando o psicopedagogo age em função de informar o paciente sobre determinado conteúdo não está dando aula. Com efeito, ao se aprofundar sobre as dificuldades nas principais disciplinas escolares, tais como as ciências exatas e a leitura e escrita, Maria Lucia contribui para a definição do papel do psicopedagogo, sugerindo como usar recursos que levem o paciente à aproximação deste conhecimento escolar, promovendo o rompimento dos obstáculos afetivos que travam o seu desenvolvimento como aprendiz.

O capítulo oito trata da alta clínica, etapa que na verdade é um processo, no qual são observadas com acurácia as mudanças em todos os âmbitos relacionados ao aprendiz e sua história com a aprendizagem, sejam elas escolares, na auto aceitação, na compreensão dos familiares. A autora nos leva à reflexão sobre as questões subjetivas e os temas práticos que envolvem o término das sessões e o acompanhamento pós-alta.

Conforme sua experiência profissional, Maria Lucia explica no décimo capítulo recursos que o psicopedagogo pode usar em sua atuação nos atendimentos que paulatinamente conduzem o paciente a lidar melhor com suas dificuldades. São ações nas quais é imprescindível que o profissional tenha clareza de qual objetivo pretende atingir, pois a intervenção neste caso significa mostrar ao paciente outras possibilidades para se chegar ao conhecimento de um objeto, que vêm para acrescentar ao modo de compreender que o paciente já traz consigo.

No capítulo onze a autora destaca dois pilares importantes no processo de aprendizagem: a família e a escola. O estudo continuado sobre a situação familiar e escolar do aprendiz é fundamental na construção da intervenção psicopedagógica. Maria Lucia constrói neste capítulo um guia para a atuação efetiva do psicopedagogo nos âmbitos familiar e escolar e com os outros profissionais que participaram do processo, atuação esta apoiada na responsabilidade de saber que o atendimento psicopedagógico ultrapassa o consultório, na medida em que se entende que o paciente levará seu crescimento ao mundo social.

Os capítulos doze e treze são dedicados à ideia de organizar os acontecimentos das sessões numa ordem, para que se tenha controle e recuperação das informações. Para tanto, a autora traz procedimentos de registro dos atendimentos e a delimitação e componentes do espaço que se configuram como o consultório.

No final, Maria Lucia traz sugestões de fichas de atendimento, bem-vindas no trabalho do profissional que pretende aprofundar a compreensão de cada paciente. O registro escrito permite o momento de leitura e a releitura, e desta forma pode promover novas associações que complementam o que estava aparentemente concluído como compreensão do caso.

Trata-se de um livro que prima como um roteiro de atuação do psicopedagogo tanto dentro do consultório como nos outros ambientes que envolvem a queixa do paciente. Como leitura, é uma obra que agrega ao conhecimento teórico da prática profissional do psicopedagogo, enquanto guia de trabalho, seus tópicos levam à ideia de organização do conhecimento.